

# Superior Tribunal de Justiça

**HABEAS CORPUS Nº 524.992 - SP (2019/0227897-9)**

**RELATOR** : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA  
**IMPETRANTE** : PAULO ROGERIO COMPIAN CARVALHO  
**ADVOGADO** : PAULO ROGÉRIO COMPIAN CARVALHO - SP217672  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : JONATAS FERREIRA ALMEIDA (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

## DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de JONATAS FERREIRA ALMEIDA contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (HC n. 2099908-35.2019.8.26.0000).

Segundo consta dos autos, o paciente foi preso em flagrante, no dia 30/4/2019 (prisão convertida em preventiva), e denunciado pela suposta prática do crime previsto no art. 157, *caput*, c.c. O artigo 14, inciso II, ambos do Código Penal, porque (e-STJ fl. 37):

*Consta dos inclusos autos de inquérito policial que, no dia 30 de abril de 2019, por volta das 19h00min, na Rua Hortência G. da Cruz, altura do nº 125, no Bairro Éden, nesta cidade e comarca de Sorocaba, JONATAS FERREIRA ALMEIDA, qualificado a fls. 11/12, mediante grave ameaça de agressão física, exercida contra a vítima L.C.D, tentou subtrair, para si, a bolsa com os pertences pessoais da ofendida, somente não se consumando o delito por circunstâncias alheias à sua vontade.*

Inconformada, a defesa impetrou *habeas corpus* na Corte estadual, alegando, em síntese, que os requisitos autorizadores da medida constritiva não estão presentes no caso em tela e que o decreto de prisão preventiva do paciente não foi devidamente fundamentado.

O Tribunal de origem, contudo, denegou a ordem nos termos do acórdão de e-STJ fls. 30/32.

Na presente oportunidade, a defesa reitera que os requisitos autorizadores da medida constritiva, previstos no art. 312 do CPP, não estão presentes no caso em tela e que as decisões que entenderam por manter a prisão

# Superior Tribunal de Justiça

preventiva do paciente não foram devidamente fundamentadas, observando apenas a gravidade abstrata do delito, motivação esta inidônea e genérica. Sublinha que o acusado é detentor de circunstâncias favoráveis, sendo primário e possuidor de bons antecedentes, podendo responder ao julgamento do processo em liberdade.

Diante disso requer, liminarmente e no mérito, a revogação da prisão preventiva do paciente, ou, subsidiariamente, a aplicação de medidas cautelares diversas.

O pleito urgente foi indeferido (e-STJ fls. 198/201).

Prestadas as informações (e-STJ fl. 207), o Ministério Público Federal manifestou-se pelo não conhecimento do *habeas corpus* e, caso conhecido, pela denegação da ordem (e-STJ fls. 210/212).

É o relatório. **Decido.**

Consoante as informações prestadas pelo Juiz *a quo*, em 8/8/2019 foi revogada a prisão preventiva do réu, ora paciente, momento em que foi determinada a expedição de alvará de soltura em seu favor (e-STJ fl. 207).

Assim, fica sem objeto o pedido contido na inicial, em que a defesa se insurgia contra a custódia cautelar do paciente.

Ante o exposto, com base no art. 34, inciso XI, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, julgo **prejudicado** o presente *habeas corpus*.

Intimem-se.

Brasília (DF), 04 de outubro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA  
Relator